



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010711-08.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Exequente: **Osthalio Fernandes Alcover e outros**
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **OSTHALIO FERNANDES ALCOVER, REGINA FERNANDES ALCOVER, LIGIA FERNANDES ALCOVER DE COLLO e JUREMA FERNANDES ALCOVER RIBEIRO**, todos herdeiros de **Osthalio Varella Alcover**, em face de **BANCO DO BRASIL S/A**. Preliminarmente, pleitearam pelo diferimento das custas e requereram a tramitação prioritária do feito. No mérito, requereram o pagamento dos valores oriundos da reposição do expurgos inflacionários em relação à conta poupança de nº 200.024.709-6 (fl. 25), referentes ao Plano Verão.

A decisão de fl. 28 indeferiu o diferimento das custas ao final do processo, concedendo prazo para a comprovação do recolhimento.

Custas recolhidas às fls. 32/34.

A Sentença de fls. 36/38 julgou o feito liminarmente improcedente diante do reconhecimento da prescrição do título exequendo.

Razões de apelação às fls. 41/49.

Contrarrazões de apelação às fls. 59/67.

O v. Acórdão de fls. 74/79 reformou a sentença, determinando o regular prosseguimento do feito.

O banco requerido realizou o depósito do valor cobrado (fl. 88) e apresentou impugnação ao cumprimento de sentença às fls. 103/129, juntando documentos às fls. 130/140

Instados à comprovarem a inexistência de outras ações visando o recebimento do mesmo crédito (fl. 92), os exequentes se manifestaram à fl. 95 e trouxeram documentos às fls. 96/102.

Manifestação sobre a impugnação às fls. 182/206.

Feito saneado às fls. 208/210.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Embargos de declaração opostos contra a decisão de fls. 208/210 pelo executado (fls. 215/218), rejeitados (fl. 222).

Cálculo de liquidação às fls. 226/231.

Manifestações sobre o laudo às fls. 235/237 e 240 pelo executado e exequentes, respectivamente.

É o relatório.

Decido.

Pois bem, discute-se o valor do crédito sobre o qual se desdobra a execução judicial, sendo que já foram estipulados os exatos parâmetros a serem obedecidos para a elaboração do cálculo para apuração dos valores devidos na decisão de fls. 208/210.

Adveio laudo do contador judicial às fls. 226/231 adstrito aos exatos termos do título exequendo e das decisões proferidas nos autos.

Os exequentes manifestaram total concordância com o valor apurado (fl. 240) e o executado discordou (fls. 235/237).

Em que pese a manifestação do banco, não há qualquer motivo para desabonar o trabalho do contador que, conforme já mencionado, realizou o cálculo à contento, observando as determinações judiciais que, aliás, restaram irrecorridas e apurou como saldo devedor o valor de **R\$ 14.653,76**.

Incabível o acréscimo de valores a título de honorários advocatícios. Entendo que a condenação em honorários advocatícios, na ação principal, coletiva, não recai sobre os cumprimentos de sentenças individuais. Ademais, a teor da Súmula 519, do STJ "na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".

Dessa forma, **HOMOLOGO O CÁLCULO** elaborado pelo *expert* às fls. 226/231, que apurou em **R\$ 14.653,76** o montante devido pelo executado aos exequentes e **REJEITO A IMPUGNAÇÃO**.

Considerando que há depositado nos autos valor suficiente para a satisfação da obrigação pretendida, **JULGO EXTINTO** o feito, nos termos do art. 924, inciso II, do NCPC.

O banco executado arcará com as custas e despesas processuais.

Com o trânsito em julgado desta sentença e decorrido o prazo estabelecido pelo provimento 68/2018, do CNJ, expeça-se mandado de levantamento em favor dos exequentes, referente ao depósito efetuado em juízo de fl. 88, no valor de **R\$ 14.653,76**, com os devidos acréscimos legais.

O valor remanescente deverá ser liberado em favor do banco executado, ficando



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

condicionado o levantamento do valor, ao recolhimento das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa e arquite-se definitivamente.

P.I.

São Carlos, 10 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**